
Boletim de Conjuntura Industrial IPEA/ABDI

Maio de 2006 – Nº 7¹

Sumário

Produção Física: Indústria acumula crescimento de 4,6% no primeiro trimestre, a despeito da queda de 0,3% na produção física em março frente a fevereiro (com ajuste sazonal). Em conjunto com os indicadores de emprego e comércio exterior, os indicadores de produção física indicam a manutenção do ritmo de crescimento iniciado no último trimestre de 2005.

Emprego e Salários: No mês de março houve novamente crescimento no número de vagas formais na indústria de transformação (25.062, ou +0,4%). Em fevereiro, o total dos salários pagos pela indústria de transformação continuou crescendo e aumentou 1,29% frente a janeiro.

Comércio Exterior: As exportações até março atingiram US\$ 11,366 bilhões e já são 20,19% maiores no primeiro trimestre em relação ao mesmo período do ano passado. Os bens manufaturados continuam apresentando crescimento na quantidade exportada, ainda que por causa da antecipação de safra de algumas commodities os bens primários liderem o crescimento no quantum exportado no trimestre.

Investimento e Financiamento: Investimento Estrangeiro Direto (IED) fecha primeiro trimestre com ingressos líquidos de US\$ 3,96%, em linha com as expectativas de ingressos de US\$ 18 bilhões ao longo de 2006. Até março, a indústria continua liderando a concentração do IED (49,3%).

Medidas da PITCE: FINEP dispõe de R\$ 100 milhões para programa Juro Zero, destinado ao desenvolvimento das micro e pequenas empresas inovadoras, ABDI promove cursos de capacitação de agentes de política industrial.

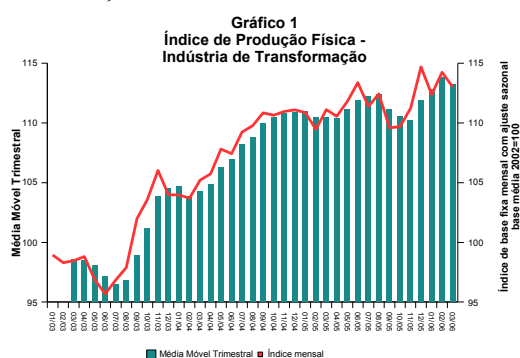
Nota setorial: Análise do setor calçadista brasileiro, maior da América Latina e um dos setores que mais empregam no país.

¹ Boletim editado por Bruno Araújo (IPEA – bruno.araujo@ipea.gov.br), Luiz Bahia (IPEA – luizdias@ipea.gov.br) e Rogério Dias Araújo (ABDI – rogerio.araujo@abdi.com.br). Esta edição contou com a colaboração de Talita Daher (ABDI), Rafael Leão (ABDI), Marcia Oleskovicz (ABDI), Giovana Perfeito (ABDI) e Francisco Santos (IPEA).

Produção Física

A Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física, do IBGE aponta ligeira queda de 0,3% na produção industrial entre fevereiro e março de 2006, com ajuste sazonal. Porém, este resultado não impediu que a indústria brasileira tenha registrado crescimento de 4,6% no primeiro trimestre frente ao primeiro trimestre de 2005 e 1,2% em relação ao trimestre imediatamente anterior. Na comparação com março de 2005, o crescimento foi de 5,2%, mantendo a seqüência de seis meses consecutivos de alta na comparação mensal.

Assim, este resultado não representa uma reversão de tendência, ainda que o indicador mensal esteja apresentando um padrão *stop-and-go* e o índice de média móvel trimestral tenha se estabilizado – variação de -0,2% em relação a fevereiro, quando tinha apresentado crescimento de 0,8%. No acumulado de 12 meses, o resultado é de alta de 3,27%.



Fonte: IBGE

Em termos de categorias de uso, à exceção dos bens intermediários (+0,2%) todos os segmentos apresentaram queda na comparação com fevereiro de 2006 (com ajuste sazonal), mas isto não altera a tendência de crescimento registrada nos indicadores

mensal, no acumulado do ano e de 12 meses. De fato, os bens de consumo duráveis registram crescimento de 11,4%, 14,9% e 12,2%, nestes indicadores, respectivamente, liderando o crescimento entre as categorias de uso. A queda de 5,1% na produção de bens de consumo duráveis em março frente a fevereiro, com ajuste sazonal, pode ter relação com o expressivo aumento de 42,7% nas importações deste tipo de bem registrado no primeiro trimestre do ano, frente ao mesmo período no ano passado, conforme apontado na seção de Comércio Exterior deste Boletim.

O segmento de bens de capital também registrou crescimento de 10,1% na comparação com março de 2005, de 9,2% no acumulado do 1º trimestre (frente ao mesmo período do ano anterior) e de 5,1% no acumulado dos 12 meses, embora tenha caído 2,2% na passagem de fevereiro para março, com ajuste sazonal. No ano de 2006, este segmento manteve a tendência presente em 2005 de elevado crescimento na demanda de bens de capital não-seriados, mas de queda na demanda dos bens de capital seriados. No acumulado do ano, a produção de bens de capital não-seriados cresceu 11,7% em relação a jan-mar 2005, enquanto que na mesma comparação a produção dos bens de capital seriados caiu 1,4%. Novamente, argumentamos que tal padrão pode estar relacionado os aumentos consecutivos e expressivos na importação de bens de capital, devido à apreciação cambial e à flexibilização do regime de *ex-tarifário*.

Setorialmente, o padrão de queda na comparação mês a mês entre março e fevereiro (com ajuste sazonal) foi

generalizado, atingindo dezessete dos vinte e três setores industriais. As maiores quedas registradas foram na indústria farmacêutica (-14,3%), bebidas (-5,5%), e veículos automotores (-1,7%), mas estes setores vinham com crescimento no mês anterior. De fato, estes setores são representativos do padrão da indústria em geral, uma vez que foi registrado crescimento nos indicadores mensal, acumulado do ano e de 12 meses. Os setores de veículos automotores (+12,6%) e farmacêutica (+12,2%) figuram como destaques positivos na comparação com o primeiro trimestre do ano anterior, ao lado das máquinas para escritório e equipamentos

de informática (+67,4%) e do setor de material eletrônico e de comunicações (+21,7%). Nos dois últimos segmentos, houve crescimento expressivo na produção de computadores e de telefones celulares.

Por fim, vale destacar que o setor de insumos para construção civil registra crescimento de 6,9% no acumulado jan-mar 2006 frente a jan-mar 2005, o que, aliado ao crescimento no emprego e à expansão do crédito imobiliário, embasa expectativas otimistas com relação ao desempenho deste segmento em 2006.

Emprego e salários

De acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED – Ministério do Trabalho), o mercado de trabalho no mês de março manteve o ritmo de crescimento verificado em fevereiro. No geral, o crescimento de março em relação a fevereiro foi de 0,29%, ou de 76.455 postos de trabalho formais. Na indústria de transformação, foram criados 25.062 novos postos de trabalho (+0,4%), 7.103 a mais que no mesmo período do ano passado, quando o saldo foi de 17.959 vagas. Com o resultado de março, a indústria de transformação gerou no primeiro trimestre do ano 68.028 postos de trabalho, resultado superior ao obtido em igual período do ano anterior (+ 51.613 vagas), sendo inferior apenas ao observado em 2004 (+ 124.933 novos postos). O comércio foi o único segmento da economia que apresentou redução do emprego – foram eliminadas 8.573 vagas (-0,15%), resultado influenciado pela redução de 11.602 empregos (-0,24%) no

comércio varejista. Porém, vale notar que este resultado do emprego no comércio em março ocorre depois da expansão de mais de 19.000 vagas verificada em fevereiro. Por sua vez, na construção civil no mês de março foram contratados 5.203 trabalhadores, mantendo o ritmo de contratações verificado ao longo de 2005.

Na indústria de transformação, o único setor que apresentou queda no emprego foi o de setor de indústria de madeira e mobiliário, que eliminou 2.177 vagas formais.

Os maiores destaques positivos do mês de março são as indústrias de borracha, fumo e couros, com a criação de 8.984 vagas. Também merece destaque o setor de fabricação de alimentos e bebidas, que gerou 4.126 novos postos. Por sua vez, o setor têxtil e de vestuário criou 3.468 novos postos de trabalho. Vale notar que o setor têxtil e de vestuário teve um ano difícil em 2005.

Segundo Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários (PIMES –

IBGE), o emprego na indústria de transformação em fevereiro demonstra um crescimento de 0,19% frente a janeiro de 2006, com ajuste sazonal. Assim, a média móvel trimestral de fevereiro aumentou 0,6% frente a média móvel de janeiro. Em comparação ao mesmo período do ano anterior, a pesquisa aponta queda de 0,58%. No resultado acumulado dos últimos 12 meses, os empregos na indústria de transformação cresceram em 0,46%.

A folha salarial real apresentou um crescimento 1,29% frente a janeiro.

Em relação ao mesmo mês do ano passado, registrou-se crescimento de 0,33% e no acumulado dos últimos 12 meses o crescimento é de 2,5%. Em relação às horas pagas, o resultado de fevereiro em referência a janeiro, com ajuste sazonal, foi o crescimento de 1,9%, enquanto que na comparação com o mesmo período de 2005 o crescimento foi nulo. No acumulado de 12 meses, houve crescimento de 0,4%.

Comércio Exterior

Em março de 2006, as exportações atingiram o valor de US\$ 11,366 bilhões. Já as importações chegaram a US\$ 7,686 bilhões. As taxas de crescimento das exportações e importações no mês de março de 2006 em relação a março de 2005 foram de, respectivamente, 22,86% e 30,07%.

Na tabela abaixo, podemos observar que os bens manufaturados apresentaram crescimento menor que o dos bens básicos nas exportações entre janeiro e março de 2006. Porém, o aumento expressivo dos bens básicos no primeiro trimestre em relação ao ano passado se deveu à antecipação de safra de algumas *commodities* importantes, e o crescimento de 16,5% das exportações de manufaturados no primeiro trimestre é digno de nota.

Tabela 1
Desempenho das Exportações por Classe de Produtos - US\$ Milhões

Classes de Produtos	Jan-Mar 2005	Jan-Mar 2006	Tx. Cresc. (%)
Básicos	5.908	7.987	35,19
Semimanufaturados	3.803	4.054	6,60
Manufaturados	14.264	16.622	16,53
Op. Especiais	476	724	52,10
Total	24.451	29.387	20,19

Fonte: SECEX/MDIC

Por sua vez, a tabela seguinte mostra os dez produtos de melhor desempenho, em termos de variação absoluta, nas exportações de janeiro-março de 2006 em relação a janeiro-março de 2005.

Tabela 2
Dez Principais Produtos com Variação Positiva nas
Exportações
em relação a 2005 (em US\$)

PRODUTOS	jan-mar 2006	Variação Absoluta em relação a jan-mar. 2005	Tx. Cresc. (%)
ÓLEOS BRUTOS DE PETRÓLEO	1.317.088.850	792.052.154	150,86
MINÉRIOS DE FERRO NÃO AGLOMERADOS E SEUS CONCENTRADOS	1.244.215.622	482.379.637	63,32
OUTROS GRÃOS DE SOJA, MESMO TRITURADOS	917.018.878	402.823.881	70,90
MINÉRIOS DE FERRO AGLOMERADOS E SEUS CONCENTRADOS	776.314.316	348.901.438	81,63
“FUEL-OIL”	507.041.465	311.398.518	159,17
AUTOMÓVEIS C/MOTOR EXPLOSÃO,1000<CM3<=1500, ATÉ 6 PASSAGEIROS	332.991.328	187.289.815	128,54
OUTROS AVIÕES/VEÍCULOS AÉREOS, PESO>1.500 KG, VAZIOS	460.576.489	182.042.158	65,36
AÇÚCAR DE CANA, EM BRUTO	631.052.457	159.574.209	33,85
ALUMÍNIO NÃO LIGADO EM FORMA BRUTA	359.513.880	142.393.114	65,58
CARNES DESOSSADAS DE BOVINO, CONGELADOS	436.989.442	134.272.977	44,36
Total	7.036.802.727	3.893.674.826	80,72
Total das Exportações	29.387.321.230	4.936.190.078	20,19

Fonte: SECEX/MDIC

Segundo dados da FUNCEX, o índice de preço cresceu 12,1% e o *quantum* cresceu 7,2% em janeiro-março de 2006 em comparação a janeiro-março de 2005.

A tabela abaixo mostra a evolução do índices de preço e *quantum* para janeiro-março de 2006, destacando os elevados índices para os bens básicos.

Tabela 3
Variação dos Índices de Preços e Quantum
jan.-mar. 2006/ jan.-mar. 2005

Classes de Produtos	Preço	Quantum
Exportação Total	12,1	7,2
Básicos	19,9	12,6
Semimanufaturados	6,4	0,3
Manufaturados	9,0	6,7

Fonte: Funcex

Quanto ao desempenho das importações, é importante notar que o maior crescimento em janeiro-março de 2006 em relação a janeiro-março de 2005 foi o de bens de consumo duráveis, mas o ritmo de crescimento nas importações de bens de capital (líder de crescimento em 2005) se manteve.

Tabela 4
Importações por Categoria de Uso
US\$ Milhões

Categoria de uso	jan-mar 2005	jan-mar 2006	Tx. Cresc. (%)
Bens de Capital	3.254	4.259	30,89
Matérias-primas e Intermediários	8.549	10.006	17,04
Bens de Consumo Não-duráveis	1.014	1.298	28,01
Bens de Consumo Duráveis	802	1.141	42,27
Combustíveis e lubrificantes	2.527	3.342	32,25
Total	16.146	20.046	24,15

Fonte: SECEX/MDIC

Na categoria bens de capital, os maiores aumentos em janeiro-março de 2006 foram: equipamento fixo de transporte (+100,2%); equipamento móvel de transporte (+40,0%); máquinas e aparelhos de escritório e serviço científico (+38,2%).

Investimento e Financiamento

No 1º trimestre, o IED alcançou US\$ 3,96 bilhões ante US\$3,44 bilhões em igual período de 2005. Esse resultado está dentro das expectativas do Banco Central que prevê crescimento da ordem de US\$ 3 bilhões em relação ao ano anterior, ou seja, US\$ 18 bilhões para o ano de 2006.

Somente no mês de março, os investimentos de estrangeiros no país somaram US\$ 1,63 bilhão, volume 16,8% maior do que no mesmo mês de 2005. Desse montante, US\$ 940 milhões corresponderam a participações acionárias e US\$ 689 milhões ingressaram em função de desembolsos líquidos de empréstimos intercompanhias. A participação da indústria nos ingressos de investimento estrangeiro em participações acionárias continua predominante no acumulado do

1º trimestre, com 49,3%. O substancial volume de ingressos em março aumentou a parcela do setor de serviços para 42,2% do total enquanto que a agricultura ficou com 8,5%.

Apesar do aumento expressivo nas consultas e enquadramentos, fases iniciais do processo de empréstimo, os desembolsos do BNDES no 1º trimestre caíram 28% em relação a igual período do ano passado, atingindo R\$ 6,77 bilhões. O setor industrial apresentou maior crescimento nas aprovações, totalizando R\$ 3,70 bilhões (incremento de 5% em relação a igual período de 2005), com destaque para material de transporte (fabricação e montagem de veículos automotores, aeronaves, embarcações e equipamentos ferroviários).

Acompanhamento das medidas da PITCE

Em fevereiro foi apresentado na Câmara de Política de Desenvolvimento Econômico e no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social o anteprojeto da lei que simplifica o registro de empresas no país. O Brasil ocupa a 73ª posição no *ranking* do Banco Mundial dos prazos necessários para abrir uma empresa, e com a aprovação desta lei, passará a ocupar o 8º lugar, pois o prazo será reduzido para 15 dias. O anteprojeto de lei está na Casa Civil e será aberta consulta pública no mês de junho, para posterior encaminhamento ao Congresso Nacional.

A FINEP opera o Programa Juro Zero, criado com a finalidade de estimular o desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas Inovadoras (MPEI's)

brasileiras nos aspectos gerenciais, comerciais, de processo ou de produtos/serviços viabilizando o acesso ao crédito por parte destas empresas. Com empréstimos sem juros e pagamento dividido em 100 parcelas, o Programa oferece condições únicas para o financiamento de micro e pequenas empresas inovadoras, com uma redução significativa de burocracia. Serão destinados R\$ 20 milhões por região, divididos em financiamentos que variam entre R\$ 100 mil e R\$ 900 mil por empresa (o programa é dirigido a empresas inovadoras com faturamento anual de até R\$ 10,5 milhões). No total, serão R\$ 100 milhões oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Em cada localidade, foram selecionadas instituições que funcionarão como parceiros estratégicos. São elas: o Porto Digital, em Recife, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, a Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais e a Federação das Indústrias do Estado do Paraná. Na Bahia, 2º Estado a receber o Programa, o Juro Zero chegará para complementar as ações do programa Bahia Inovação, que aportou R\$ 8 milhões em 2004 para estimular a cooperação entre as empresas, as instituições de ensino superior, os centros de pesquisa, organizações não-governamentais e o governo. Pernambuco é o 3º Estado a receber o Programa, e pretende beneficiar cerca de 2.500 empreendimentos nacionais nos próximos 30 meses.

Até o fim de 2006, outras 2 regiões serão contempladas: Minas Gerais, onde o programa começou a operar em dezembro passado, e a Grande Florianópolis.

A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), com o objetivo de capacitar os gestores públicos municipais, estaduais, e representantes de instituições comerciais e industriais sobre o tema Política Industrial, está realizando, desde abril de 2006, os Cursos de Formação de Agentes em Política Industrial. A iniciativa conta com o apoio da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (ABIPTI) e da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal).

Em uma 1ª fase, os cursos foram ministrados, de 24 a 29 de abril, no Rio de Janeiro (RJ), no Recife (PE) e em Manaus (AM). De 22 a 27 de maio, será a vez das cidades de Campinas (SP), Porto Alegre (RS) e Curitiba (PR). Na cidade de Campo Grande (MS) haverá uma versão compacta deste curso no dia 29 de maio. A programação está dividida

em quatro módulos: Desenvolvimento Econômico e Política Industrial; Política Industrial Brasileira: Institucionalidade e Instrumentos de Apoio ao Desenvolvimento Industrial; Instrumentos Locais de Incentivo à Produção Industrial; e Casos de Sucesso (gestão, modernização e inovação). A ABIPTI deverá atuar na mobilização e articulação com os institutos associados, com os secretários municipais e estaduais de desenvolvimento, ciência e tecnologia, planejamento, instituições da esfera municipal e estadual, além do Fórum Nacional dos Secretários Municipais da Área de C&T, entidade cuja secretaria-executiva setá sob a responsabilidade da Associação.

A expectativa é que sejam capacitados 100 agentes de PITCE em cada um dos cursos. Com essa iniciativa, a ABDI pretende identificar a própria adequação de sua atuação, trabalhando para torná-la mais condizente com a realidade industrial e tecnológica dos municípios. Após a realização dos cursos, será constituído um Sistema de Interação Virtual que coordenará a Rede de Agentes e promoverá debates sobre os temas propostos. A rede também deverá viabilizar a troca de informações entre a ABDI e os agentes, além de divulgar as melhores práticas no âmbito dos municípios.

A entrega dos certificados dos participantes ocorrerá durante o Seminário Internacional de Política Industrial “Celso Furtado”, que será realizado em 24 de maio em São Paulo (SP). O evento deverá contar com a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, de ministros de Estado e de autoridades envolvidas com o tema política industrial nos Estados Unidos, na Europa, na Ásia e na América Latina.

Trinta e nove empresas já foram habilitadas ao Recap - o Regime Especial

de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – regulamentado em dezembro de 2005. O Recap suspende a exigência da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda de bens de capital, quando adquiridos por pessoa jurídica beneficiária desse regime para incorporação ao seu ativo imobilizado. Também fica suspensa a exigência da contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes sobre bens de capital importados diretamente por pessoa jurídica beneficiária desse regime para incorporação ao seu ativo imobilizado. Apenas a pessoa jurídica previamente habilitada pela Receita Federal é beneficiária do Recap.

O Ministério de Ciência e Tecnologia anunciou em 15 de fevereiro de 2006 o lançamento de um conjunto de 45 editais, entre ações transversais e verticais, que totalizam R\$ 787 milhões dos Fundos Setoriais. O Senado aprovou em 18 de abril, um substitutivo ao projeto da Câmara que reduz de 60% para 40% o limite de contingenciamento pela União dos recursos dos fundos de ciência e tecnologia (C&T). A regulamentação do FNDCT segue agora para sanção presidencial. Pelos cálculos, a mudança permitirá injetar no orçamento do MCT, através da Finep um montante de R\$ 400 milhões, no patamar das verbas que ficarão livres de contingenciamento. Os recursos, este ano, devem chegar a R\$ 1,4 bilhão.

O Governo brasileiro e a BRASSCOM (Associação Brasileira das Empresas de Software e Serviços para Exportação) promoveram no dia 24 de março, em Nova Iorque, EUA, um encontro entre executivos de grandes

empresas brasileiras de Tecnologia da Informação (TI) e executivos do setor de TI de bancos, instituições financeiras e grandes empresas norte-americanas. Denominado Brazil Day, o evento fez parte de um trabalho sistemático que começa a ser desenvolvido por empresas nacionais e pelo Governo Federal para a internacionalização da oferta brasileira em TI, conforme comentado na nota setorial do último Boletim.

O Centro de Distribuição de Produtos Brasileiros, coordenado pela APEX-Brasil em Miami, conta hoje com 87 empresas, dos setores de têxtil e confecções, cosméticos, café, instrumentos musicais, móveis, gesso, equipamentos médico-odontológicos e abrasivos. Em abril de 2006, os CD's da Europa foram lançados em São Paulo. Os dois primeiros CD's serão inaugurados neste mês de maio em Frankfurt, na Alemanha e Lisboa, Portugal.

Em 2003, a APEX-Brasil apoiou a participação de 8.196 empresas de micro, pequeno e médio porte em 410 eventos internacionais gerando um volume de negócios superior a US\$ 2 bilhões. Em 2004, foram 500 eventos e 13.500 empresas participando, movimentando cerca de US\$ 12 bilhões em negócios. Em 2005, foram 15 mil empresas em 550 eventos, gerando aproximadamente US\$ 20 bilhões.

De 2003 a 2005 houve a inclusão de 1.063 novos produtos na pauta de exportações do País. De janeiro de 2003 a setembro de 2005 as exportações brasileiras cresceram 112% para mercados não-tradicionais, como Colômbia, África do Sul, Bahamas, Irã, Egito, Tailândia, Cingapura e Emirados Árabes.

Conclusão

Os indicadores de produção física, emprego e comércio exterior indicam a manutenção do ritmo de crescimento que passou a vigorar a partir do último trimestre do ano passado, ainda que o comportamento da produção física nos primeiros meses do ano repita o verificado ao longo de

2005, ou seja, um padrão do tipo *stop-and-go*. De acordo com este padrão, bem distinto do padrão mais homogêneo de crescimento mensal verificado em 2004, os indicadores de prazo mais largo apresentam alta enquanto os indicadores mensais apresentam oscilações.

Análise do Setor de Calçados do Brasil

Associação Brasileira das Indústrias de Calçados - ABICALÇADOS

1. EVOLUÇÃO

A manufatura de calçados no Brasil gerou ao longo do tempo uma estrutura produtiva capaz de atender o seu mercado doméstico e realizar uma inserção significativa no mercado internacional com potencial de alavancar ainda mais as exportações.

Nas últimas quatro décadas, o Brasil teve uma trajetória expansiva na História Mundial do Calçado. O setor de calçados brasileiro é o maior da América Latina e um dos mais destacados fabricantes de manufaturados de couro, detendo o terceiro lugar no ranking dos maiores produtores mundiais em 2004 (tabela 1), tendo ainda importante participação na fatia de calçados femininos que aliam qualidade a preços acessíveis. Os embarques para o exterior vêm crescendo anualmente, para mais de uma centena de países.

TABELA 1 – PRINCIPAIS PRODUTORES, EXPORTADORES E CONSUMIDORES DE CALÇADO MUNDIAL – 2004

PRODUTORES		EXPORTADORES		CONSUMIDORES	
PAÍS	MILHÕES DE PARES	PAÍS	MILHÕES DE PARES	PAÍS	MILHÕES DE PARES
CHINA	8.800,0	CHINA	5.885,0	CHINA	2.925,0
INDIA	850,0	HONG KONG	744,6	EEUU	2.129,2
BRASIL	755,0	VIETNAM	420,2	INDIA	796,5
INDONESIA	564,0	ITALIA	311,0	JAPAN	620,0
VIETNAM	445,2	BRASIL	212,0	BRASIL	552,0

Fonte: SATRA

A indústria brasileira de calçados, em 2004, produziu, com base em estimativas do SATRA, 665 milhões de pares de calçados. A maior fração dessa

produção, cerca de 75%, é destinada ao mercado interno, enquanto que 25% é dirigida ao exterior. O setor é auto-suficiente no atendimento ao consumo doméstico e as importações representam apenas 2% da produção nacional.

Com exceção do ano de 2004, o setor de calçados e de couro apresentou índices negativos de crescimento setorial, acompanhando a tendência da indústria em geral. A tabela 2 compara a evolução do crescimento da indústria de transformação com a da indústria calçadista.

TABELA 2 – CRESCIMENTO SETORIAL (VARIAÇÃO ANUAL) – 2001/05

ANO	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO (%)	INDÚSTRIA CALÇADISTA E ARTIGOS DE COURO (%)
2001	1,35	-4,02
2002	0,52	-1,49
2003	-0,20	-9,65
2004	8,52	2,33
2005	2,71	-3,21
Média 2001/05	2,58	-3,21

Fonte: IBGE

No Brasil, apesar da concentração de empresas de grande porte estar localizada no Estado do Rio Grande do Sul (região do Vale do Sinos), a produção de calçados vem gradativamente sendo distribuída em outros pólos, localizados nas regiões Sudeste e Nordeste do País, com destaque para o interior do Estado de São Paulo (cidades de Jaú, Franca e

Birigui) e Estados emergentes, como Ceará e Bahia. Há também crescimento na produção de calçados no Estado de Santa Catarina (região de São João Batista), em Minas Gerais (região de Nova Serrana) e no Rio de Janeiro (região de Rio Claro).

2.PERFIL SETORIAL

Hoje, o parque calçadista brasileiro contempla mais de 8 mil estabelecimentos, que produzem aproximadamente 725 milhões de pares/ano, sendo que 190 milhões foram destinados à exportação em 2005 (Tabela 3). Observa-se um crescimento na produção de calçados no período de 2001 a 2005 na ordem de 18,85%, enquanto que as exportações cresceram 11,11% neste mesmo período.

TABELA 3 – MERCADO BRASILEIRO DE CALÇADOS – 2001/2005

ITEM	2001	2002	2003	2004	2005	VAR. 01/05
PRODUÇÃO (1) (2)	610	642	665	755	725	18,85
IMPORTAÇÃO (1) (3)	6	5	5	9	17	183,33
EXPORTAÇÃO (1) (3)	171	164	189	212	190	11,11
CONSUMO APARENTE (1)	445	483	481	552	552	24,04
CONSUMO PER CAPITA (4)	2,62	2,84	2,83	3,02	2,98	13,84

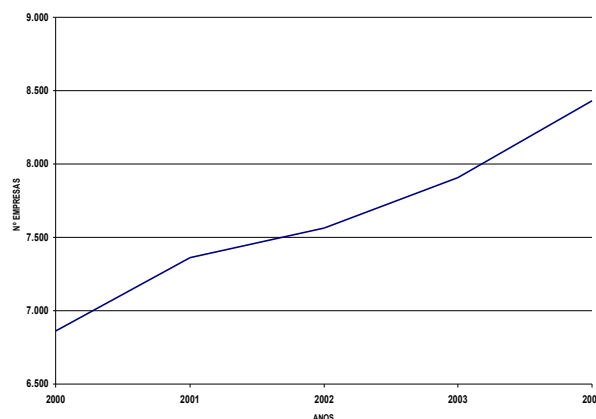
(1): EM MILHÕES DE PARES

(4): EM PARES

Fontes: (2): ABICALÇADOS (3): MIDC / SECEX - ABICALÇADOS

Dados do Ministério do Trabalho e Emprego (Gráfico 1) indicam que o setor dispunha em 2000 de 6.860 estabelecimentos e em 2004 de 8.433, perfazendo um crescimento de 22,93% no período.

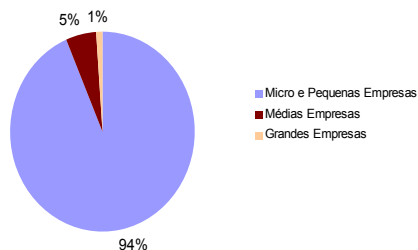
GRÁFICO 1 - NÚMERO DE EMPRESAS CALÇADISTAS - 2000/04



Fonte: MTE - Rais

No gráfico 2, verifica-se que no ano de 2004 os estabelecimentos de micro e pequeno porte (até 99 empregados) dominam a estrutura industrial do setor com 7.902 empresas, ou seja, 94% das unidades. Já os estabelecimentos de médio porte (de 100 a 499 empregados) com 436 empresas, representando 5% do total e, as de grande porte (com mais de 500 empregados) com 95 empresas, representando 1% do total, completam o número de estabelecimentos por estrato de tamanho na indústria brasileira de calçados em 2004.

Gráfico 2
Distribuição das Empresas Calçadistas por
Faixa de Tamanho em 2004



Fonte: MTE - Rais

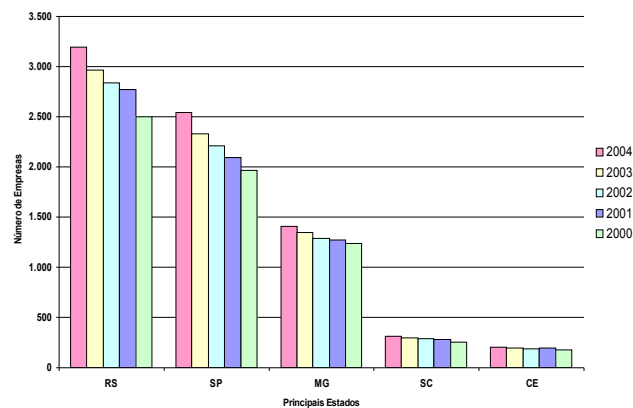
A grande variedade de fornecedores de matéria-prima, máquinas e componentes, aliada à tecnologia de produtos e inovações, faz do setor calçadista brasileiro um dos mais importantes do mundo. São mais de 1.030 empresas de componentes instaladas no Brasil, mais de 800 empresas especializadas no curtimento e acabamento do couro, processando anualmente mais de 35 milhões de peles e cerca de uma centena de fábricas de máquinas e equipamentos.

É com esta estrutura, altamente capacitada, que os fabricantes de calçados realizam a produção do calçado brasileiro, hoje exportado para mais de 100 países, detendo modernos conceitos de administração de produção e gestão de fabricação, como *just in time* e demais processos internacionais de qualidade. É uma indústria altamente especializada em todos os tipos de calçados: femininos, masculinos e infantis, além de calçados especiais, como ortopédicos e de segurança.

A atividade de produção de calçados no Brasil marca presença em vários Estados, mas os principais acham-se concentrados em algumas unidades da Federação, destacando-se Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Ceará, como mostra o Gráfico 3. O ritmo de crescimento no período de

2000 a 2004 é mais intenso no estado do Rio Grande do Sul e em São Paulo.

GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS CALÇADISTA NOS PRINCIPAIS ESTADOS - 2000 / 2004

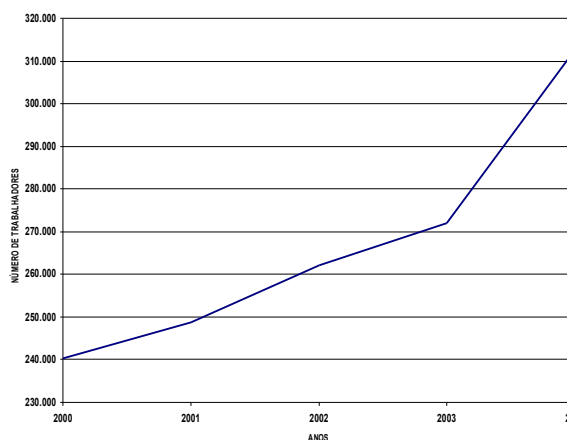


Fonte: MTE - Rais

As regiões mencionadas acima apresentam uma organização industrial em forma de *clusters* de empresas vinculadas aos diferentes segmentos da cadeia produtiva e de ramos auxiliares, onde o calçado é o principal produto de articulação do arranjo produtivo.

A indústria calçadista brasileira é uma das maiores geradoras de emprego no País. No ano de 2000, o número de empregos no setor calçadista era de 240.392 trabalhadores, enquanto que no ano de 2004, este número subiu para 312.579 (Gráfico 4), resultando em um incremento de 72.187 trabalhadores. O crescimento relativo no período foi expressivo, ou seja, 30,03%. Também é importante frisar que uma importante atividade presente nas regiões do Vale do Sinos (Rio Grande do Sul) e em Franca (São Paulo) é a existência de trabalho a domicílio e em ateliês prestadores de serviços produtivos. Contudo, em 2005 a indústria calçadista apresentou uma redução de 15.720 empregos (-5,08%), como provável consequência tanto do aumento da concorrência com calçados de outros países quanto do modesto crescimento das exportações entre 2004 e 2005.

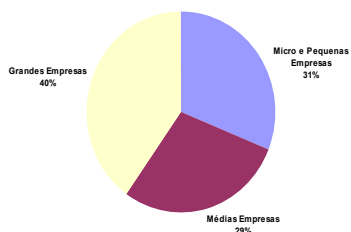
GRÁFICO 4 - NÚMERO DE EMPREGO NO SETOR CALÇADISTA - 2000 / 04



Fonte: MTE – Rais

No gráfico 5, observa-se que no ano de 2004 os estabelecimentos de micro e pequeno porte (até 99 empregados) participaram no emprego do setor com 97.157 colaboradores, ou seja, 31% do total. Já os estabelecimentos de médio porte (de 100 a 499 empregados) com 89.833 colaboradores, representando 29% do total e, as de grande porte (com mais de 500 empregados) com 125.589 colaboradores, representando 40% do total, completam o número de emprego por estrato de tamanho na indústria brasileira de calçados em 2004.

GRÁFICO 5 - NÚMERO DE EMPREGO POR ESTRATO DE TAMANHO NA INDÚSTRIA BRASILEIRA DE CALÇADOS - 2004

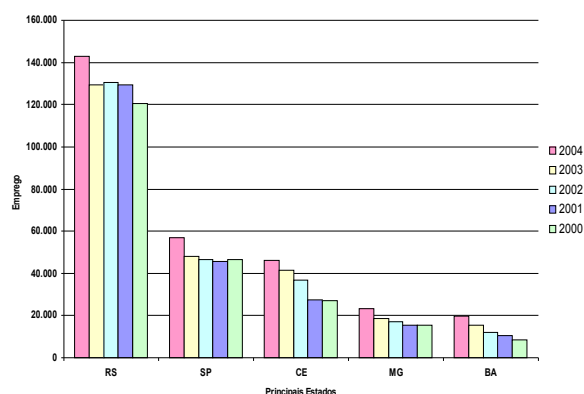


Fonte: MTE – Rais

O alto nível de geração de emprego na produção de calçados no Brasil está presente em vários Estados, mas os principais estão concentrados em

algumas unidades da Federação, destacando-se Rio Grande do Sul, São Paulo, Ceará, Minas Gerais e Bahia, como mostra o Gráfico 6. O ritmo de crescimento no período de 2000 a 2004 é mais intenso nos estados do Ceará e Bahia.

GRÁFICO 6 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPREGO DO SETOR CALÇADISTA NOS PRINCIPAIS ESTADOS - 2000/2004



Fonte: MTE – Rais

A média de empregados por fábrica, segundo dados do Ministério do Trabalho, é de 37 trabalhadores, concentrados em sua maioria nos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Ceará, Minas Gerais e Bahia, responsáveis em conjunto por 92,43% dos empregos no ano de 2004.

3.COMÉRCIO EXTERIOR

A performance das exportações e a auto-suficiência no atendimento ao mercado interno propiciaram uma balança comercial favorável ao setor durante esses anos de participação no mercado externo (Tabela 4), contribuindo positivamente para o saldo da balança comercial do país. Todavia, verifica-se um aumento das importações de calçados no ano de 2005, decorrente do ingresso expressivo do calçado chinês no mercado brasileiro devido, principalmente, a

apreciação da moeda nacional e das práticas desleais de comércio. Neste sentido, para a exportação do calçado brasileiro a ABICALÇADOS tem como premissas básicas a estabilidade do valor do dólar em níveis aceitáveis para a exportação, a efetividade das medidas de defesa comercial dos países consumidores perante práticas desleais de mercado e a eficácia do governo brasileiro na eliminação de barreiras protecionistas de países compradores.

Tabela 4 – BALANÇA COMERCIAL DO SETOR CALÇADISTA BRASILEIRO – 1999/2005

ANO	EXPORTAÇÕES (US\$ MILHÕES)	IMPORTAÇÕES (US\$ MILHÕES)	SALDO (US\$ MILHÕES)
1999	1.278	55	1.223
2000	1.547	49	1.498
2001	1.615	51	1.564
2002	1.449	45	1.404
2003	1.549	48	1.501
2004	1.809	65	1.744
2005	1.887	122	1.765

Fonte: MDIC/Secex

Analisando os resultados da Tabela 5, constata-se um crescimento significativo nas exportações de calçados tanto nos valores monetários como em termos físicos no período de 1999 a 2005. Em relação ao valor monetário, verifica-se que em 1999, este foi de US\$ 1.278 milhões e aumentou para US\$ 1.887 milhões em 2005, evidenciando um crescimento de 47,65% no período. Por outro lado, em termos físicos, o aumento foi de 137 milhões de pares em 1999 para 189 milhões de pares em 2005, resultando em um crescimento de 37,96% no período.

Tabela 5 – EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE CALÇADOS BRASILEIROS – 1999/2005

ANO	VALOR (US\$ MILHÕES)	VARIAÇÃO (%)	PARES (MILHÕES)	VARIAÇÃO (%)	PREÇO MÉDIO (US\$)
1999	1.278	-	137	-	9,33
2000	1.547	21,05	163	18,98	9,52
2001	1.615	4,40	171	4,91	9,44
2002	1.449	-10,28	164	-4,09	8,83
2003	1.549	6,90	189	15,24	8,21
2004	1.809	16,79	212	12,17	8,53
2005	1.887	4,31	189	-10,85	9,97

Fonte: MDIC/Secex

Em relação ao preço médio do calçado, observa-se uma diminuição no período de 1999 a 2004, devido, principalmente, à queda do consumo, resultado do grau de incerteza da economia internacional, ou seja, terrorismo, iminência de guerras – definindo uma reorientação de prioridades de consumo (para compras essenciais) e também, por um mercado que marcadamente definiu-se por produtos de baixo custo com alta qualidade, como é o caso dos calçados injetados, plásticos montados e cabedal têxtil. Vale frisar que o calçado brasileiro apresentou no período de 1999 a 2004 uma elasticidade preço da procura alta (em torno de 6,38) e que o preço médio de exportação do calçado brasileiro caiu de US\$ 9,33 em 1999 para US\$ 8,53 em 2004, acompanhando a dinâmica internacional do setor.

Entretanto, em 2005 verifica-se que houve uma redução no volume físico e um aumento no valor monetário exportado quando comparado com 2004, evidenciando uma maior agregação de valor ao calçado brasileiro, pois este teve uma elevação do preço médio de US\$ 8,53 para US\$ 9,97. Infere-se que há uma reversão do quadro produtivo, pois a procura torna-se inelástica (em torno de 0,64), resultando em uma busca mais significativa da diferenciação de produtos para diferentes mercados internacionais.

Em relação ao destino das exportações, elas têm sido dirigidas principalmente para o mercado norte-americano, tradicional importador de calçados. Os Estados Unidos são os principais compradores do calçado brasileiro, detendo 50,16% do total exportado, seguido do Reino Unido, Argentina e México. As participações das exportações de calçados brasileiros para os dez maiores destinos podem ser avaliadas na tabela 6, onde podemos destacar a retomada das exportações para a Argentina após a crise que derrubou as exportações para este país no ano de 2002. Além disso, observa-se um leve decréscimo das exportações para os Estados Unidos e um crescimento significativo das exportações para a Itália, Espanha, Portugal, Países Baixos, México, Reino Unido, Chile e Canadá, respectivamente, no período de 2001 a 2005.

Tabela 6 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS EXPORTAÇÕES DE CALÇADOS POR DESTINO – 2001/05

PAÍS	2001	2002	2003	2004	2005
EUA	68,33	70,60	64,24	56,64	50,16
Reino Unido	5,84	6,95	6,81	7,52	9,50
Argentina	8,22	1,09	4,66	5,78	5,97
México	1,34	2,66	3,25	3,80	3,06
Espanha	0,32	0,49	1,19	2,09	2,78
Canadá	1,87	2,56	2,34	2,78	2,70
Itália	0,13	0,15	0,30	0,77	2,13
Chile	1,22	1,39	1,64	1,90	1,77
Países Baixos	0,48	0,91	1,17	1,11	1,55
Portugal	0,25	0,39	0,54	0,85	1,19
OUTROS	12,01	12,81	13,85	16,76	19,19
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: MDIC/Secex

Devido à agilidade em obter informações sobre as tendências mundiais de moda somadas à facilidade em obtenção de matérias-primas para desenvolver a modelagem adequada ao mercado comprador e posterior fabricação em escala, os calçadistas brasileiros têm amplas condições de atender à demanda de importadores dos mais diversos perfis. São Exemplos os calçados fabricados para importantes grifes e lojas norte-americanas e européias, que já se habituaram a ver o *made in Brazil* impresso no produto.

Além disso, a diferenciação é outro fator competitivo, pois a adaptação às diferentes coleções é muito rápida. Isto permite que o Brasil produza todos os tipos de calçados necessários para atender ao mercado interno e também às exportações.

4. PERSPECTIVA DO SETOR

Ao longo dos últimos anos, a ABICALÇADOS tem dedicado grande atenção à promoção comercial do calçado no exterior. As ações se intensificaram expressivamente com a assinatura, em outubro de 2000, do Programa Setorial Integrado (PSI), que conta com o apoio da Agência de Promoção às Exportações e Investimentos (APEX BRASIL). Dentre as diversas atividades que o programa contempla, está a instituição de uma identidade gráfica que aponte a presença brasileira nos mais diversos eventos internacionais. A logomarca *Brazilian Footwear* passou a ser referência.

Os principais objetivos estabelecidos no âmbito do programa são:

- 1) Realizar a promoção comercial do setor calçadista no exterior, fortalecendo a imagem do calçado brasileiro;
 - 2) Expandir a base exportadora especialmente pela inserção das pequenas e médias empresas no processo exportador;
 - 3) Descentralizar os pólos exportadores de calçados do Brasil;
 - 4) Consolidar novos mercados de destino das exportações de calçados;
 - 5) Aumentar as exportações de calçados, preferencialmente com maior valor agregado e marca própria, estimulando, assim, o crescimento e a maior qualificação do setor.
- empresarial do produto e da indústria do calçado brasileiro;
- c) É preciso continuar o esforço de criar uma performance exportadora na indústria produtora de calçados do Brasil, criando e implantando competência interna para a exportação;
 - d) É de fundamental importância eliminar os desníveis econômicos regionais, promovendo um crescimento econômico sustentável através das exportações, principalmente de micro e pequenas empresas.

A proposta de execução do PSI CALÇADO reveste-se de fundamental importância, por quatro razões básicas:

- a) É de fundamental importância consolidar as exportações do Brasil neste setor face sua importância sócio-econômica para o país na geração de divisas e empregos, entre outras;
- b) É preciso continuar a estabelecer no exterior uma imagem positiva sobre a qualidade, o preço e a gestão

Enfim, o direcionamento das ações está centrado em atividades para aumentar as exportações, seus destinos, a base exportadora em número de empresas e o número de estados exportadores. Neste sentido, a ABICALÇADOS tem atuado como elo no setor, buscando trazer competência, gerar oportunidades de negócios e consolidar uma imagem positiva do produto brasileiro, tanto em relação a preço, qualidade e prazo de entrega, consolidando uma nova performance empresarial exportadora.

Ainda, a ABDI, em parceria com o Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE) e entidades de classe do setor coureiro-calçadista, está elaborando um Plano Tecnológico Setorial.

ANEXO – ÍNDICE DE PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL (DESSAZONALIZADO)

Setores Industriais	Mês													Var. % mar-06/fev-06
	03/05	04/05	05/05	06/05	07/05	08/05	09/05	10/05	11/05	12/05	01/06	02/06	03/06	
1. Indústria geral	111,02	110,92	112,39	114,17	111,9	112,93	110,5	110,94	111,85	114,69	113,13	114,46	114,07	-0,34%
2. Indústria extrativa	112,6	121,44	124,26	123,88	121,8	121,8	122,71	123,45	123,72	123,89	126,64	126,16	127,28	0,89%
3. Indústria de transformação	111,12	110,54	111,81	113,36	111,37	112,42	109,58	109,68	111,23	114,69	112,39	114,23	113	-1,08%
3.1 Alimentos	103,41	108,04	103,55	104,32	102,71	101,46	101,19	101,46	103,52	104,23	103,82	104,36	104,93	0,55%
3.2 Bebidas	109,31	105,28	107,36	108,03	104,96	110,1	108,19	108,68	109,76	110,3	113,51	117,3	110,85	-5,50%
3.3 Fumo	91,02	100,42	114,51	121,32	118,6	185,16	114,07	114,17	103,06	102,7	106,5	106,11	96,34	-9,21%
3.4 Têxtil	103,75	103,6	105,03	104,79	103,55	102,14	101,98	98,88	102,12	104,6	105,57	107,01	106,34	-0,63%
3.5 Vestuário e acessórios	90,44	89,72	88,42	88,35	82,53	80,17	80,34	78,27	78,94	81,24	84,97	87,53	82,69	-5,53%
3.6 Calçados e artigos de couro	92,68	89,93	89,44	91,31	89,58	89,29	85,61	87,29	86,14	90,04	89,69	88,86	87,02	-2,07%
3.7 Madeira	118,14	114,13	112,75	113,12	107,92	104,33	101,81	97,81	102,61	103,87	105,47	108,15	99,86	-7,67%
3.8 Celulose, papel e produtos de papel	118,85	117,9	119,18	118,56	121,15	114,7	117,62	118,86	119,9	121,86	120,96	119,76	122,05	1,91%
3.9 Edição, impressão e reprodução de gravações	98,77	95,09	104,05	104,24	101,5	109,14	105	107,25	137,5	132,35	106,45	97,84	106,76	9,12%
3.10 Refino de petróleo e álcool	97,62	96,96	104,03	100,84	103,3	105,64	101,62	102,56	101,48	103,79	102,55	103,86	102,73	-1,09%
3.11 Farmacêutica	110,45	102,92	103,54	102,42	108,48	110,02	106,13	107,19	109,44	118,41	103,65	129,01	110,63	-14,25%
3.12 Perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza	119,84	121,59	112,48	120,27	117,5	115,2	111,77	109,49	117,37	120,58	122,33	115,49	117,75	1,96%
3.13 Outros produtos químicos	109,34	110,11	109,94	107,99	107,62	107,43	109,45	110,07	107,72	108,27	107,98	106,43	107,36	0,87%
3.14 Borracha e plástico	103,67	102,61	104,41	105,41	102,16	103,82	102,85	100,75	102,37	104,11	104,85	105,29	103,78	-1,43%
3.15 Minerais não metálicos	103,37	105,17	104,61	105,07	103,24	103,19	103,74	101,98	104,25	106,13	107,79	105,57	103,63	-1,84%
3.16 Metalurgia básica	108,14	107,78	103,15	105,52	105,07	107,4	108,48	108,81	107,91	110,06	109,05	103,95	103,92	-0,03%
3.17 Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	108,12	103,25	103,45	105,48	104,01	104,47	101,03	99,63	102,28	104,8	103,48	103,49	100,85	-2,55%
3.18 Máquinas e equipamentos	125,27	121,19	123,62	123,75	119,32	123	115,9	116,03	117,7	121,72	121,8	125,05	123,24	-1,45%
3.19 Máquinas para escritório e equipamentos de informática	148,28	148,1	172,81	174,06	182,2	189,67	177,75	196,07	195,9	207,51	202,09	189,91	252,13	32,76%
3.20 Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	114,44	111	113,41	116,97	114,14	117,01	118,63	121,62	128,3	139,01	129,49	128,4	125,37	-2,36%
3.21 Material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações	126,87	134,4	143,89	157,54	142,19	137,63	137,89	129,28	123,86	140,6	139,19	146,32	153,33	4,79%
3.22 Equipamentos de instrumentação médico-hospitalar, ópticos e outros	118,95	109,02	107,14	115,93	116,42	115,98	110,39	102,65	115,68	93,84	99,55	102,98	124,58	20,97%
3.23 Veículos automotores	141,28	144,54	143	154,2	146,95	147,17	141,08	141,74	143,58	151,93	140,92	147,54	145,03	-1,70%
3.24 Outros equipamentos de transporte	128,48	125,29	127,36	135,58	125,88	132,18	125,46	124,86	123,44	137,07	131,5	136,1	124,91	-8,22%
3.25 Mobiliário	99,12	99,29	101,65	108,32	99,24	93,47	87,82	93,17	98,11	103,54	98,97	101,85	100,6	-1,23%
3.26 Diversos	119,01	104,17	97,16	117,06	118,12	140,84	137,79	126,03	129,79	118,31	108,85	95,48	126,42	32,40%

Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física. Base média 2002=100.